

**Informações Contábeis
Intermediárias
Em 30 de Junho de 2023**



Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2023 (Intermediárias)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, adiante denominada AGEHAB, uma sociedade por ações capital fechado, de economia mista, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS – COHAB-GO, criada na forma do Decreto-Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiânia nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, transformada na Agência Goiana de Habitação, através da Lei Estadual nº 13.532, de 15 de outubro de 1999, sendo credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e, subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás, se reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto Estadual nº 8.801, de 10 de novembro de 2016.

A AGEHAB é uma sociedade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, jurisdicionada a Secretaria de Estado da Infraestrutura –SEINFRA.

SEDE para todos os efeitos jurídicos, tem sede e foro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 18-A, nº 541, Quadra 31-A, Lote 20/21, Setor Aeroporto, CEP: 74070-060 e jurisdição em todo território nacional.



Diretoria Executiva Atual

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga – Presidente

Wendel Garcia da Silva - Vice-Presidente

Sirlei Aparecida da Guia - Diretora Técnica

Vinícius Ferreira Lima - Diretor Administrativo

Adailton Ferreira Trindade - Diretor Financeiro

Bruno Pinheiro Dias Semeghini - Diretor de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Social

Yuri Ben Hur da Rocha Tejota - Diretor de Governança e Transparência

Secretária Executiva – AGEHAB

Gilsa Eva de Souza Costa - Secretária Executiva de Suporte à Presidência

Lorena Silva Pereira - Secretária Executiva de Planejamento e Projetos Habitacionais

Conselho de Administração

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga

Eliane Simonini Baltazar

Priscilla Norgann de Sousa

Débora Cristina Xavier Lopes

João Vitor Lustosa de Brito

Bernardo Teles Machado

Alex Godinho Martins

Conselho Fiscal

Aparecida De Fátima Gavioli Soares Pereira

Francisco Sérvulo Freire Nogueira

Ronaldo Dutra Baía



2. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

PROGRAMAS DE GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

A AGEHAB está no Eixo Goiás da Inclusão, Objetivo Estratégico Proteção Social, Programa Moradia como base da Cidadania.

3. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DO ESTADO DE GOIÁS

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, classificada como **Empresa Estatal Dependente**, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 101 de 04 de maio de 2000, por receber Subvenção Econômica do governo do Estado de Goiás de acordo com a **LEI ORDINÁRIA ESTADUAL Nº 20.733, DE 17 DE JANEIRO DE 2020**. Assim, a partir do Exercício Social de 2021, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás.

3.1 Base Legal

Lei Federal n. 4320 de 17 de março de 1964 que estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal

Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.



Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público

3.2 Fontes de Recursos Orçamentários

❖ Recurso Arrecadado e Alienação de imóveis refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás, prestação de serviço registros documentais e recebimentos de alienação de imóveis.

❖ Recurso Ordinário oriundo do tesouro do Estado de Goiás para pagamento das despesas com pessoal, custeio e de investimento.

❖ Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social.

LEI Nº 14.469, DE 16 DE JULHO DE 2003 Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás, **Art. 1º Fica instituído, na Secretaria de Estado da Economia, o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – PROTEGE GOIÁS, para o combate à fome e a erradicação da pobreza, de natureza contábil, destinado a provisionar recursos financeiros às unidades executoras de programas sociais, com o objetivo de viabilizar à população goiana o acesso a níveis dignos de subsistência por meio de ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, saneamento básico, assistência social, reforço de renda familiar e outros programas ou ações de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida.**

❖ Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 30 DE JUNHO DE 2023 (Intermediárias)

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, abrangendo a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM através de suas deliberações e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergências com as Normas Internacionais de Contabilidade. A administração da empresa declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes nas Demonstrações Financeiras, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela sua gestão.

4.1 Moeda Funcional

A moeda funcional praticada pela AGEHAB é o Real (R\$). Todos os valores de apresentação das Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais.

4.2 Principais Práticas Contábeis

a) Critérios de reconhecimento dos resultados – A entidade adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento;

- b) Provisões para Férias e 13º Salário - É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais. Suportado por relatórios;
- c) Demais ativos e passivos – Circunscritos em período previsto de até 12 meses do exercício subsequente estão classificados como Curto Prazo Circulante, e os acima de 12 meses no Ativo e Passivo Não Circulante;
- d) Ativo Imobilizado – Os itens pertencentes ao Ativo Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. Os encargos de depreciação são reconhecidos pelo método linear e depreciados baseados nas depreciações fiscais e societárias;
- e) Demais Passivos Circulantes – os demais passivos circulantes, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias;
- f) Passivos Não Circulantes - Os passivos não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até 30 de Junho de 2023;
- g) Receitas e Despesas - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de Competência. As apropriações das receitas e despesas foram registradas na data em que ocorreram o fato gerador;
- h) Uso de estimativas – A preparação das Demonstrações Financeiras, incluem estimativas e premissas, com a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas de útil dos bens, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas ou premissas;
- i) Caixa e equivalentes de caixa – Para fins das Demonstrações Financeiras correspondem aos saldos de disponibilidade (Caixa sede e contas bancárias) e aplicações financeiras de liquidez imediata;

- j) Contas a receber operacional – São reconhecidos pelo valor nominal contratual referente venda de loteamentos em períodos anteriores. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receita financeira. Estima-se que os saldos das contas a receber estejam próximos de seus valores justos de mercado;
- k) Provisão para Devedores Duvidosos - Foram constituídas provisões para devedores duvidosos sobre os créditos vencidos acima de 180 dias, em atenção as normas contábeis a estes tipos e operações;
- l) Despesas Antecipadas - Em 2023, objetivando uma proteção mais abrangente de seus bens, a empresa iniciou novo processo licitatório visando a renovação da contratação de seguros do edifício sede da AGEHAB, processo **202300031002353**.
- m) Demonstrações do fluxo de caixa - DFC – A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO;
- n) Provisões para demandas judiciais – A AGEHAB é parte em vários processos legais, os quais incluem, entre outros, demandas relacionadas a processos trabalhistas, cíveis, fiscais. É constituído provisões referentes a processos judiciais classificados como ATIVO PROVÁVEL / PASSIVO PROVÁVEL;

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

DESCRIÇÃO	Nota	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
ATIVO CIRCULANTE		340.117.166,32	-30%	441.303.686,79	53%	161.347.572,24
Caixa e Equivalente de Caixa	4	320.408.067,59	-32%	422.050.281,43	55%	145.237.884,38
Títulos e Valores Mobiliários	4	8.163.651,83	3%	7.958.202,44	44%	4.537.853,94
Contas a Receber	5	413.690,35	13%	360.453,15	78%	90.252,79
Adiantamentos Concedidos	6	10.002.080,36	0%	10.002.080,36	0%	10.002.080,36
Antecipações a Empregados	7	932.090,15	77%	215.068,66	8%	855.582,77
Adiantamento a Terceiros	8	-	-100%	-	100%	-
Impostos a Recuperar	9	118.122,79	-448%	647.530,20	-377%	563.030,32
Despesas Antecipadas	10	4.969,16	70%	1.511,54	27%	3.650,94
Estoque	11	74.494,09	8%	68.559,01	23%	57.236,74
ATIVO NÃO CIRCULANTE		219.640.605,34	47%	117.112.189,67	86%	30.797.379,24
Realizável a Longo Prazo		216.080.298,15	47%	113.806.566,54	87%	27.573.913,67
Devedores com Vendas Compromissadas	12.1	192.701,83	0%	192.701,83	-24%	239.906,31
Devedores por Créditos Repassados	12.2	-	0%	-	0%	-
Unidades Residenciais	12.3	1.129.756,77	0%	1.129.756,77	0%	1.129.756,77
Terrenos Edificações ou Urbanização	12.4	2.317.691,73	0%	2.317.691,73	-4%	2.421.402,13
Devedores Diversos	12.5	-	0%	-	-100%	26.675,94
Impostos a Recuperar	12.6	1.338.513,42	52%	647.112,53	15%	1.141.551,08
Obras em Andamento	12.7	211.101.634,40	48%	109.519.303,68	89%	22.614.621,44
Imobilizado		3.077.433,59	14%	2.655.012,93	18%	2.529.992,59
Bens Tangíveis	13.1	5.609.945,02	13%	4.879.834,59	17%	4.673.890,94
(-)Depreciações Acumuladas	13.1	(2.532.511,43)	12%	(2.224.821,66)	15%	(2.143.898,35)
Intangível		482.873,60	-35%	650.610,20	-44%	693.472,98
Software	13.2	1.167.544,36	0%	1.167.544,36	1%	1.150.281,58
(-)Amortizações Acumuladas	13.2	(684.670,76)	24%	(516.934,16)	33%	(456.808,60)
TOTAL DO ATIVO		559.757.771,66	0,24%	558.415.876,46	66%	192.144.951,48

PASSIVO

DESCRIÇÃO	Nota	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
PASSIVO CIRCULANTE		330.941.340,05	-28%	422.949.907,94	53%	154.391.599,66
Obrigações Trabalhistas	14	102.497,79	66%	34.470,11	91%	8.943,79
Obrigações Sociais	14	2.011.759,18	62%	763.812,05	42%	1.175.362,17
Obrigações Tributárias	14	379.545,70	91%	35.404,62	92%	29.981,41
Contas a Pagar	15	7.930.259,81	94%	509.784,34	13%	6.890.799,16
Parcelamentos Federais	16	306.411,62	-44%	440.113,80	25%	229.845,44
Provisões Trabalhistas	17	5.562.095,43	29%	3.943.731,03	14%	4.785.380,23
Subvenções de Investimentos a Realizar	18	310.103.629,60	-33%	412.598.750,99	56%	137.342.917,85
Cauções a Restituir	19	1.438,69	3%	1.394,56	6%	1.352,54
Créditos Vinculados Convênios	20	4.543.702,23	-2%	4.622.446,44	14%	3.927.017,07
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.361.749,07	-5%	4.562.937,22	48%	2.279.425,14
Parcelamentos Federais	21.1	8.788,40	-810%	79.943,59	-5280%	472.799,95
Contingências Judiciais	21.2	4.352.960,67	-3%	4.482.993,63	58%	1.806.625,19
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		224.454.682,54	42%	130.903.031,30	84%	35.473.926,68
Capital Social	23.1	196.133.567,16	0%	196.133.567,16	0%	196.133.567,16
(-) Capital a Integralizar	23.1	(8.877.149,13)	0%	(8.877.149,13)	0%	(8.877.149,13)
Reservas de Lucros	23.2	212.320.655,73	0%	212.320.655,73	94%	13.485.425,67
Resultados Apurados	23.3	(175.122.391,22)	-53%	(268.674.042,46)	6%	(165.267.917,02)
Prejuízos Acumulados	23.3	(268.674.042,46)	33%	(181.200.027,99)	32%	(183.782.853,15)
Resultado do Exercício	23.4	93.551.651,24	194%	(87.474.014,47)	80%	18.514.936,13
TOTAL DO PASSIVO		559.757.771,66	0,24%	558.415.876,46	66%	192.144.951,48

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

4. Disponibilidades e Títulos Valores Mobiliários

Os valores de Caixa e Equivalentes de caixa consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e que apresentam riscos insignificantes de mudança de valor.

Os valores das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas Demonstrações Financeiras por estarem atreladas à variação de aplicações de fundo de rendimentos específicos com rentabilidade pós-fixada verificada mensalmente através dos extratos confirmatórios de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras.

As contas correntes e aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

Disponibilidades	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Caixa e Equivalente de Caixa	R\$ 320.408.067,59	R\$ 422.050.281,43	R\$ 145.237.884,38
Títulos e Valores Mobiliários	R\$ 8.163.651,83	R\$ 7.958.202,44	R\$ 4.537.853,94
	R\$ 328.571.719,42	R\$ 430.008.483,87	R\$ 149.775.738,32

Fontes Orçamentárias	R\$ 328.571.719,42	R\$ 430.008.483,87	R\$ 149.775.738,32
Caução	R\$ 1.438,69	R\$ 1.394,56	R\$ 1.352,54
Recurso Arrecadado	R\$ 1.138.107,49	R\$ 517.098,17	R\$ 2.841.574,25
Alienação de Imóveis	R\$ 3.268.491,53	R\$ 3.055.468,86	R\$ 267.904,92
Convênios Federais	R\$ 5.313.262,63	R\$ 5.369.632,75	R\$ 4.578.906,50
Recurso Ordinário	R\$ 8.746.789,48	R\$ 8.466.138,54	R\$ 2.034.692,63
Protege	R\$ 310.103.629,60	R\$ 412.598.750,99	R\$ 140.051.307,48

4.1 Seguindo os procedimentos de ingressos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado de Goiás, conforme determinada a LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015, os saldos financeiros de recursos próprios, ordinários e de alienações de imóveis foram transferidos para o Tesouro Estadual de Goiás em Março de 2022, como instrumento de gerenciamento dos recursos financeiros do Estado, sob a

coordenação da Secretaria da Fazenda, o Sistema da Conta Única do Tesouro Estadual, em cumprimento ao princípio de unidade de tesouraria, previsto no art. 56 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

4.2 Recurso disponível no dia 30/12/2022 no total de R\$ 412.598.750,99 (Quatrocentos e Doze Milhões, Quinhentos e Noventa e Oito mil, Setecentos e Cinquenta reais e Noventa e Nove Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, deste saldo utilizado até 30/06/2023:

Saldo 31/12/2022	R\$ 412.598.750,99
Construção de UH	R\$ 81.572.548,29
Aluguel Social	R\$ 7.166.164,72
Regularização Fundiária	R\$ 46.063,45
Empenhos Cancelados	R\$ 13.710.344,93
Saldo utilizados 01/01 a 30/06/2023	R\$ 102.495.121,39
Saldo Restos a Pagar em 30/06/2023	R\$ 310.103.629,60

5. Clientes – Contas a Receber Operacional

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Contas a Receber Operacionais	R\$ 413.690,35	R\$ 360.453,15	R\$ 90.252,79
Prestações a receber Conjuntos e Loteamentos (a)	R\$ 575.460,43	R\$ 592.049,50	R\$ 581.538,17
Secretaria da Economia do Estado de Goiás (b)	R\$ 364.723,60	R\$ 280.507,91	R\$ -
Tesouro Estado de Goiás (c)	R\$ 4.501,54	R\$ 4.793,76	R\$ 21.859,52
(-) Perdas com créditos de Liquidação Duvidosa (d)	-R\$ 530.995,22	-R\$ 516.898,02	-R\$ 513.144,90

a) Refere-se às Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

a.1 As amortizações das parcelas são calculadas pelo Sistema Tabela Price.

a.2 Os juros incidentes sobre as parcelas do preço, serão calculadas sobre o saldo devedor na razão de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

a.3 A atualização monetária sobre o saldo devedor, será sempre calculada mensalmente, tomando por base o índice de reajuste da Taxa Referencial (TR), ou outro que venha substituí-lo, por decisão governamental.

a.4 O valor da dívida vencida, atualizada monetariamente até o próximo aniversário do contrato, acrescida de ônus adicional à taxa que vigorar na data do pagamento, de acordo com regulamentação do BACEN, sendo juros contratuais de 5% a 6%.

b) Refere-se Prestação de Serviço de Gestão da Carteira Habitacional do Estado de Goiás, Nota Fiscal 6319 emitida em 29/06/2023 para Secretaria de Estado da Economia recebida dia 12/07/2023 no valor líquido de **R\$ 364.723,60 (Trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e três reais e sessenta centavos)**.

c) Refere-se aos valores emitidos através de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare) referente Taxas expediente no valor de R\$ 2.750,00 e Prestações dos Contratos no valor de R\$ 1.751,54 recebidos em 06/07/2023.

d) A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, referente aos títulos vencidos a mais de 180 dias.

A administração da Agência Goiana de Habitação S/A optou pela não execução judiciais dos mutuários, ocorrendo renegociações individuais, sendo assim a forma de provisão de liquidação duvidosa considerada são os títulos vencidos a mais de 180 dias utilizando o método fiscal.

Saldo em 30/06/2022	R\$	513.144,90
(+) Provisões realizadas	R\$	50.507,83
(-) Reversão de Provisões	R\$	32.657,51
Saldo em 30/06/2023	R\$	530.995,22

6. Adiantamento Concedidos a Obras Administradas

Os adiantamentos concedidos a obras administradas pela AGEHAB, são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Adiantamentos Concedidos a Obras	R\$ 10.002.080,36	R\$ 10.002.080,36	R\$ 10.002.080,36
Empréstimo - João Paulo II - 1ª e 2ª Etapa	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36	R\$ 7.418.857,36
Empréstimo - Água Fria - II Etapa	R\$ 1.428.591,90	R\$ 1.428.591,90	R\$ 1.428.591,90
Empréstimo - Real Conquista	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51	R\$ 225.416,51
Empréstimo - Damianópolis - Setor Aeroporto	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59	R\$ 929.214,59

6.1 Os valores contabilizados em Adiantamento de Obras são oriundos da utilização do recurso próprio da AGEHAB em períodos anteriores (Integralização de Capital) para pagamento das medições para não ocorrer atrasos, até a liberação do RECURSO/FGTS.

6.2 Considerando que nos termos de Cooperação e Parceira CAIXA menciona que *na cláusula terceira – DOS RECURSOS – Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes de linhas de financiamento com recursos do FGTS- Fundo de Garantia por Termo de Serviço e recursos próprios da Entidade Organizadora, a título de contrapartida, representados pelo aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços para produção de unidades habitacionais.*

A AGEHAB tem previsão legal para utilização do RECURSO PRÓPRIO para custear o término das obras, após do término definitivo das obras principalmente nos encerramentos das contas correntes, ocorrerá as devidas compensações das sobras dos saldos financeiros com os valores contabilizados em adiantamentos.

7. Antecipações a empregados

Refere-se aos pagamentos ocorridos até 30/06/2023 de férias e de 13º salário aos servidores da Agehab, cujos os respectivos descontos ocorrerão nos períodos subsequentes, devidamente controlados.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Antecipações a Empregados	R\$ 932.090,15	R\$ 215.068,66	R\$ 855.582,77
Férias	R\$ 327.669,44	R\$ 215.068,66	R\$ 230.958,18
13º Salário	R\$ 604.420,71	R\$ 0,00	R\$ 624.624,59

8. Antecipações a Terceiros

Referem-se ao valor repassado do fornecedor Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comercio S.A, tendo como objeto fornecimento de vale alimentação aos servidores, cuja compensação ocorreu dia 01/04/2023 com a emissão da nota fiscal 740954.

DESCRIÇÃO	31/03/2023
Antecipações a Terceiros	R\$ 393.500,51
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S/A	R\$ 393.500,51

9. Tributos a Recuperar

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Municipais e Federais	R\$ 118.122,79	R\$ 647.530,20	R\$ 563.030,32
IRRF sobre Aplicação Financeira/Poupança (a)	R\$ 73.830,92	R\$ 557.833,82	R\$ 502.372,98
IRRF Sobre Serviços Prestado (b)	R\$ 32.404,98	R\$ 54.001,56	R\$ 27.000,78
Parcelamento INSS Pago indevidamente (c)	R\$ 11.886,89	R\$ 11.886,89	R\$ 11.886,89
IRRF Sobre Adiantamento de Férias (d)	R\$ -	R\$ 23.807,93	R\$ 21.769,67

a) Refere-se Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) das Contas Investimentos.

Conta Aplicação 341/4423/3539-5	R\$ 0,01
Conta Aplicação 301997-8 Parque Atheneu FI Safira	R\$ 26.285,67
Conta 39-7 Poupança FCVS	R\$ 855,41
Conta 40-0 Poupança Empreendimentos	R\$ 3.493,42
Conta 41-9 Poupança Real Conquista	R\$ 2.262,52
Conta 42-7 Poupança Damianópolis	R\$ 3.596,58
Conta 43-5 Poupança Água Fria	R\$ 5.909,29
Conta 44-3 João Paulo	R\$ 16.937,84
Conta João Paulo II 1625-4 FIC Fácil simples	R\$ 14.484,04
Conta 282-2 Gestão Condominial	R\$ 6,14
TOTAL	R\$ 73.830,92

b) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Serviço Prestado os serviços Prestados da Carteira Habitacional do Estado de Goiás.

Data	Documento	Valor
30/1/23	Nota Fiscal 6134	R\$ 4.500,13
27/2/23	Nota Fiscal 6176	R\$ 4.500,13
30/3/23	Nota Fiscal 6195	R\$ 5.851,18
28/4/23	Nota Fiscal 6220	R\$ 5.851,18
30/5/23	Nota Fiscal 6278	R\$ 5.851,18
29/6/23	Nota Fiscal 6319	R\$ 5.851,18
TOTAL		R\$ 32.404,98

c) O valor de R\$ 11.886,89, o crédito foi deferido através do Processo Administrativo 10120.731344/2019-70 e Perd/Comp nº 32151.59986.230123.1.2.16-0006 e o Saldo Negativo do Exercício Social de 2022 no total de R\$ 611.835,38 status de em análise.

Informações da Declaração

Data de Transmissão

23/01/2023

Número do PER/DCOMP

32151.59986.230123.1.2.16-0006

Número do Recibo

3503615031

Imprimir Recibo



Identificação do Documento

Tipo de Documento

Pedido de Restituição

Tipo de Crédito

Contribuição Previdenciária Indevida ou a Maior

Detalhamento do Crédito

O crédito já foi detalhado em Processo Administrativo

Apelido para Identificação do Documento

RECOLHIMENTO INDEVIDO DA 1ª PARCELA DO PARCELAMENTO ORDINARIO DO INSS

Informações da Declaração

Data de Transmissão

28/06/2023

Número do PER/DCOMP

25026.21614.280623.1.2.02-2901

Número do Recibo

1424081363

Imprimir Recibo



Identificação do Documento

Tipo de Documento

Pedido de Restituição

Tipo de Crédito

Saldo Negativo de IRPJ

Detalhamento do Crédito

O crédito será detalhado neste documento

Apelido para Identificação do Documento

SALDO NEGATIVO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Informações do Crédito

Detentor do Crédito

Crédito apurado pelo próprio contribuinte

CNPJ do Detentor do Crédito

01.274.240/0001-47

Número do Processo Administrativo

10120.731344/2019-70

Documento de Arrecadação

Modelo do Documento de Arrecadação

GPS - Guia de Recolhimento da Previdência Social

Informações do Crédito

Detentor do Crédito

Crédito apurado pelo próprio contribuinte

CNPJ do Detentor do Crédito

01.274.240/0001-47

Forma de Tributação do Lucro

Lucro Real

Forma de Apuração

Anual

Período de Apuração

2023

Data Inicial do Período

01/01/2022

Data Final do Período

31/12/2022

d) Refere-se ao Imposto de Renda sobre férias recolhidos na competência do pagamento e serão descontados dos servidores nos respectivos períodos de gozo.

10. Despesas Antecipadas

Refere-se a despesas pagas antecipadamente, que serão apropriadas pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Despesas Antecipadas	R\$ 4.969,16	R\$ 1.511,54	R\$ 3.650,94
Seguros a apropriar	R\$ 4.969,16	R\$ 1.511,54	R\$ 3.650,94

Vigência 10/05/2022 a 10/05/2023

Seguradora: Somp Seguros S/A

Seguro predial da Agência Goiana de Habitação S/A

Processo 202300031002353 Renovação do Seguro Predial

DADOS DA APÓLICE

Apólice: 1800964879 Endosso: 000000

Proposta: 2320244436

Cód. Ramo: 18 COMPREENSIVO EMPRESARIAL

Corretor: LIMAVCSSSL

Vigência: das 24:00h do dia 10/05/2023 às 24:00h do dia 10/05/2024

Data Emissão: 25 de Abril de 2023 20:57:50

Código Seguradora: Somp Consumer Seguradora SA Cód. 0148-1

CONFIRMA ABAIXO AS SUAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Nome: Agencia Goiana De Habitacao Sa

CPF/CNPJ: 01.274.240/0001-47

Telefone: 62 98143-8299

Endereço: RUA 18 A 541, QD 31A LT 20E - SETOR AEROPORTO

Cidade: GOIANIA - GO CEP: 74070060

11. Estoque de bens (CONSUMO INTERNO)

Refere-se ao estoque de materiais de escritório e de limpeza destinados ao consumo interno. São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo controlados através de inventários periódicos.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Estoque de Consumo	R\$ 74.494,09	R\$ 68.559,01	R\$ 57.236,74
Almoxarifado	R\$ 74.494,09	R\$ 68.559,01	R\$ 57.236,74

Descrição da Conta Patrimonial	Total
+ MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	25.582,79
+ MATERIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	618,95
+ MATERIAL PARA COZINHA, REFEITÓRIOS E AFINS	11.352,20
+ GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	1.598,52
+ MATERIAL DE EXPEDIENTE	35.341,63
	74.494,09

Não é realizado provisão para perdas, representam itens de pequenos valores, com alta rotatividade e não há obsolescência.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

12. Realizável a Longo Prazo

12.1 Devedores por Vendas Compromissadas - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75ª de 29/01/2010.

Valores a receber dos mutuários classificados no Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Conjuntos Habitacionais	R\$ 192.701,83	R\$ 192.701,83	R\$ 239.906,31
Conjunto Habitacional Parque Atheneu	R\$ 192.701,83	R\$ 192.701,83	R\$ 239.906,31

Conforme nota explicativa nº 05

12.2 Devedores por Créditos Repassados

Crédito com a Prefeitura de Anápolis atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se aos valores repassados para construção de infraestrutura de conjunto habitacional Vila Formosa no município de Anápolis, contrato renegociado em 19/01/1973.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Infraestrutura de Conjuntos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Prefeitura Municipal de Anápolis (a)	R\$ 6.359.637,02	R\$ 6.359.637,02	R\$ 6.133.251,35
(-) Provisão para perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (b)	-R\$ 6.359.637,02	-R\$ 6.359.637,02	-R\$ 6.133.251,35

a) Anualmente o valor da dívida é atualizado monetariamente conforme Unidade Padrão Capital (UPC);

b) Em observância aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nºs 38 e 48, foi constituído provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa;

Execução de Título Executivo Extrajudicial (protocolo nº 5770797-59.2022.8.09.0006) em face do Município de Anápolis, distribuído à Vara de Fazenda Pública Municipal.

12.3 Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia:

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	
Unidades Residenciais	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.129.756,77	R\$ 1.129.756,77	Quantidade
Conjunto Sabia em Senador Canedo	R\$ 953.012,33	R\$ 953.012,33	R\$ 953.012,33	73 UH
Conjunto Planície em Aparecida de Goiânia	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	R\$ 176.744,44	16 UH

No Exercício Social de 2018, foram realizadas doações dos imóveis localizados no município de Senador Canedo – Conjunto Sabiá e no Exercício Social de 2022, foram registradas escrituras em nome dos donatários, portanto ocorreram as baixas patrimoniais.

12.4 Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	31/03/2022
Terrenos Destinados à Edificações ou Urbanização	R\$ 2.317.691,73	R\$ 2.317.691,73	R\$ 2.421.402,13
Santos Dumont	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68	R\$ 54.655,68
Conjunto Vera Cruz	R\$ 2.263.036,05	R\$ 2.263.036,05	R\$ 2.366.746,45

12.4.1 Conjunto Santos Dumont que corresponde 05 (cinco) Lotes.

LOCALIDADE	QUADRA	LOTE	RUA	VLR.M2	M2	Valor Contábil
CONJUNTO SANTOS DUMONT	114	5	Rua 04	550	18,72	R\$ 10.296,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	15	Rua 10	450	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	16	Rua 10	450	18,72	R\$ 8.424,00
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	17	Rua 10	573,1	18,72	R\$ 20.364,38
CONJUNTO SANTOS DUMONT	116	18	Rua 19	380,32	18,72	R\$ 7.147,30
TOTAL						R\$ 54.655,68

12.4.2 Conjunto Vera Cruz

Terrenos destinados à Edificações no valor contábil de **R\$ 2.317.691,73 (Dois Milhões, Trezentos e Dezessete Mil, Seiscentos e Noventa e Um Reais e Setenta e Três Centavos)** referente aos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz no município de Goiânia.

Em cumprimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1428/2013 regulamentada pela NBC TG 46 – Mensuração do Valor Justo, foram realizadas avaliações ao valor justo, mas não foram reconhecidos pelo motivo que estes lotes serão construídos moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

No Exercício Social de 2022 foram destinados os blocos nº 132 a 145 para construções de Unidades Habitacionais Empreendimento Ipê Roxo.

Município	Matrícula	CRI	Logradouro	Quadra
GOIÂNIA	193726	1º	RUA VC-21B	BLOCO 132
GOIÂNIA	193727	1º	RUA VC-21B	BLOCO 133
GOIÂNIA	193728	1º	RUA VC-21B	BLOCO 134
GOIÂNIA	193729	1º	RUA VC-21B	BLOCO 135
GOIÂNIA	193730	1º	RUA VC-21B	BLOCO 136
GOIÂNIA	193731	1º	RUA VC-21B	BLOCO 137
GOIÂNIA	193732	1º	RUA VC-21B	BLOCO 138
GOIÂNIA	193733	1º	RUA VC-21C	BLOCO 139
GOIÂNIA	193734	1º	RUA VC-21C	BLOCO 140
GOIÂNIA	193735	1º	RUA VC-21C	BLOCO 141
GOIÂNIA	193736	1º	RUA VC-21C	BLOCO 142
GOIÂNIA	193737	1º	RUA VC-21C	BLOCO 143
GOIÂNIA	193781	1º	RUA VC-21C	BLOCO 144
GOIÂNIA	193740	1º	RUA VC-21C	BLOCO 145

Previsão para construção de 3.000 unidades habitacionais destinadas a família de baixa renda, que será executado com a parceria Governo do Estado de Goiás, Caixa Econômica Federal (Governo Federal) e a AGEHAB, inicialmente em fase de construção.



RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ ROXO

Previsão de 256 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Novembro/2023

RESIDENCIAL VIDA MAIS VERA CRUZ - CONDOMÍNIO IPÊ AMARELO

Previsão de 240 Unidades Habitacionais

Previsão de entrega: Janeiro/2025

12.5 Devedores Diversos - Ativo Contingente - Refere-se a direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Conforme nova estimativa realizada pela Assessoria Jurídica da Agehab, o Processo Judicial Civil 200402535191-253519.04.2004 Ação Ordinária de Rescisão Contratual Cumulada com Devolução de Valores contra a empresa Bombardi Designar Ltda, que devido a inaplicabilidade do projeto, que anteriormente foi classificado como Ativo Provável, em 2022 foi reclassificado como **ATIVO REMOTO**.

12.6 Tributos a recuperar – Longo Prazo

Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia, valores atualizados conforme juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos a Recuperar	R\$ 1.338.513,42	R\$ 647.112,53	R\$ 1.141.551,08
Saldo Negativo de Imposto de Renda	R\$ 1.338.513,42	R\$ 647.112,53	R\$ 1.141.551,08

No Exercício Social de 2022 ocorreram restituições de Saldo Negativo de Imposto de Renda creditada na conta corrente vinculada ao CNPJ da Agehab

Ano	Valor Original	Correção	Valor Restituído	Crédito em
2015	R\$ 149.774,36	R\$ 67.772,90	R\$ 217.547,26	20/04/2022
2017	R\$ 125.421,24	R\$ 38.516,86	R\$ 163.938,10	20/12/2022
2018	R\$ 70.698,47	R\$ 17.299,74	R\$ 87.998,21	20/12/2022
2019	R\$ 91.115,98	R\$ 17.020,46	R\$ 108.136,44	20/12/2022
2020	R\$ 83.502,93	R\$ 13.327,06	R\$ 96.829,99	20/12/2022
2021	R\$ 81.749,08	R\$ 9.491,07	R\$ 91.240,15	20/12/2022
	R\$ 602.262,06	R\$ 163.428,08	R\$ 765.690,13	

Conforme nota explicativa nº 09

12.7 Obras em Andamento

12.7.1 Os valores contabilizados no grupo **OBRAS EM ANDAMENTO** totalizando **R\$ 211.101.634,40 (Duzentos e onze milhões, cento e um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos)** referem-se aos pagamentos dos serviços prestados às construtoras nas etapas de serviços técnicos de levantamento planialtimétrico, sondagem e percolação e de construções das Unidades Habitacionais, nos municípios goianos, com a utilização das fontes orçamentárias: Recurso Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção Unidades Habitacionais e Recurso Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

12.7.2 Controle dos valores contabilizados em Obras em Andamento, através das emissões das notas fiscais apropriadas por fonte de orçamentária.

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
DESCRIÇÃO	R\$ 211.101.634,40	R\$ 109.519.303,68	R\$ 22.614.621,44
Recurso Orçamentário Protege	R\$ 207.556.393,71	R\$ 105.974.062,99	R\$ 19.125.433,25
Convênios Federais	R\$ 3.545.240,69	R\$ 3.545.240,69	R\$ 3.489.188,19

12.7.3 O valor de **R\$ 6.319.193,41(Seis Milhões, trezentos e dezenove reais, cento e noventa e três reais e quarenta e um centavos)** referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da Agehab, **Nota Explicativa 13.1.**

12.7.4 No Exercício Social de 2022 foram realizadas as baixas referente à entrega de 50 Unidades Habitacionais no municio de Paraúna pagos através da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS **no total de R\$ 3.019.175,98 (Três milhões, dezenove mil, cento e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos).**

13. Imobilizado e Intangível

A administração aplicou o teste de **IMPAIRMENT** no Exercício Social de 2022 elaborado pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli, cujas conclusões são que os ativos não apresentaram perda por Recuperabilidade sendo que os valores apurados com base nos preços praticados no mercado ativo estão acima dos valores contabilizados.

13.1 Imobilizado

13.1.1 O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e os bens são destinados ao funcionamento normal da entidade, os bens sujeitos a depreciação foram depreciados pelo método linear a taxas que levam em conta seu tempo de vida útil econômica, conforme emissão de laudo e informações dos responsáveis pelos bens, realizado revisão da vida útil dos bens na data de 01/11/2022.

13.1.2 Os bens são devidamente identificados por plaquetas, alocados por unidades administrativas e centros de custos.

DESCRIÇÃO	Custo	Depreciações	Líquido 30/06/2023	Líquido 31/12/2022	Líquido 30/06/2022
Móveis e Utensílios	909.545,44	-492.503,93	417.041,51	381.363,05	253.492,10
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	130.716,94	-21.626,09	109.090,85	0,00	0,00
Computadores e Periféricos	3.808.119,64	-1.674.550,29	2.133.569,35	1.886.044,83	2.119.665,07
Instalações de Escritório	258.660,19	-113.602,10	145.058,09	103.217,29	38.671,22
Aparelhos e Equip. de Medição e Orientação	202.599,99	-37.474,76	165.125,23	173.767,98	0,00
Terrenos	30.134,70	0	30.134,70	30.134,70	30.134,70
Edificações	123.309,16	-78.889,50	44.419,66	45.568,42	46.973,54
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	146.858,96	-113.864,76	32.994,20	34.916,66	41.055,96
TOTAL	5.609.945,02	-2.532.511,43	3.077.433,59	2.655.012,93	2.529.992,59

- O valor de **R\$ 6.319.193,41 (Seis Milhões, trezentos e dezenove reais, cento e noventa e três reais e quarenta e um centavos)** referente à conta Obras e Instalações em Andamento foi reclassificado no Exercício social de 2022, para o grupo Ativo Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, pelo entendimento que os bens construídos não integrarão o patrimônio da Agehab, **Nota Explicativa 12.7.3**
- Houveram aquisições de cadeiras, mesas, equipamentos de comunicação/eventos, computadores, reconhecimento facial, aparelhos de ar condicionado e equipamento drone **no total de R\$ 733.418,15 (Setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e dezoito reais e quinze centavos) de Janeiro a Junho de 2023;**
- Após tombamento patrimonial executado em Dezembro de 2022, houveram baixas de bens sucateados e sem condições de uso.
- Realizado revisão da vida útil nos bens móveis pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio do Exercício Social de 2022.

13.2. Intangível

No intangível está classificado os sistemas operacionais (SOFTWARE), são licenças por tempo indeterminado de uso “perpétua”, adquiridos em 2016 e em implantação durante o ano de 2017, os sistemas corporativos ERP de integração contábil, financeira, departamento pessoal, almoxarifado e sistema de Gestão Eletrônica de Documentos. Amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

DESCRIÇÃO	Custo	Amortização	Líquido 30/06/2023	Líquido 31/12/2022	Líquido 30/06/2022
Software	1.167.544,36	-684.670,76	482.873,60	650.610,20	693.472,98
TOTAL	1.167.544,36	-684.670,76	482.873,60	650.610,20	693.472,98

- No Exercício Social de 2022 foi adquirido sistema LALUR para auxiliar no envio do SPED Fiscal à Receita Federal do Brasil;
- Realizado revisão da vida útil dos softwares pela empresa Compliance Auditores Independentes Eireli e realizado às adequações no sistema de patrimônio.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

14. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Tributárias

Refere-se aos valores provisionados decorrentes da folha de pagamento, valores descontados dos servidores (Empréstimo Consignado), contribuições previdenciárias, Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), retenções de impostos federais e municipais, ISS, PIS, COFINS que serão recolhidos e repassados no período subsequente, apropriados pelo regime de competência.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Obrigações Trabalhistas e Consignações	R\$ 102.497,79	R\$ 34.470,11	R\$ 8.943,79
Conselheiro	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Empréstimo Consignado	R\$ 34.078,99	R\$ 27.264,81	R\$ -
Rescisões Trabalhistas	R\$ -	R\$ 6.893,68	R\$ -
13º Salário a pagar	R\$ -	R\$ 311,62	R\$ -
Cedidos	R\$ 68.418,80	R\$ -	R\$ -
Férias a Pagar	R\$ -	R\$ -	R\$ 8.943,79

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Obrigações Sociais	R\$ 2.011.759,18	R\$ 763.812,05	R\$ 1.175.362,17
Contribuição Previdenciária - INSS a Recolher	R\$ 748.685,33	R\$ 201,46	R\$ 622.274,76
INSS a Recolher - Serviços Terceirizados	R\$ 1.095.526,43	R\$ 763.572,88	R\$ 410.940,70
FGTS Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a Recolher	R\$ 167.547,42	R\$ 37,71	R\$ 142.146,71

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Obrigações Tributárias	R\$ 379.545,70	R\$ 35.404,62	R\$ 29.981,41
IRRF a Recolher - Empregados	R\$ 342.022,64	R\$ 90,46	R\$ -
IRRF a Recolher - Terceiros	R\$ 1.189,89	R\$ -	R\$ 827,42
ISS Próprio	R\$ 137,50	R\$ 80,00	R\$ 134,50
ISS - Terceiros	R\$ 2.444,80	R\$ 451,53	R\$ 1.794,64
PIS/COFINS/CSLL Terceiros	R\$ 4.230,56	R\$ -	R\$ 3.119,93
PIS - Não Cumulativo a Recolher	R\$ 5.153,22	R\$ 5.581,31	R\$ 4.123,21
COFINS Não Cumulativo a Recolher	R\$ 24.367,09	R\$ 29.201,32	R\$ 19.981,71

TOTAL	R\$ 2.493.802,67	R\$ 833.686,78	R\$ 1.214.287,37
--------------	-------------------------	-----------------------	-------------------------

15. Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Os saldos das contas a pagar aos fornecedores estão aos seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas e considerando que não há ocorrência de atrasos na quitação e por consequência não há ocorrência de pagamento de juros/multas.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Contas a pagar	R\$ 7.930.259,81	R\$ 509.784,34	R\$ 6.890.799,16
Fornecedores de Bens e Serviços (a)	R\$ 7.462.683,77	R\$ 92.650,32	R\$ 6.461.924,76
Fornecedores de Bens e Serviços a faturar (b)	R\$ 467.576,04	R\$ 417.134,02	R\$ 428.874,40

Considerando o fluxo financeiro baseado no orçamento do tesouro do Estado de Goiás, os valores contabilizados em contas a pagar, referem-se:

- As notas fiscais emitidas nos últimos dias do mês de Junho de 2023 quitadas em períodos subsequentes;
- Provisões das despesas ocorridas em Junho de 2023, considerando o regime de competência, cujas notas fiscais, foram emitidas em Julho de 2023;

Obras	R\$	7.297.896,97	92%
Serviços	R\$	589.349,24	7%
Consumo	R\$	33.588,60	0%
Diárias	R\$	9.425,00	0%
	R\$	7.930.259,81	100%

16. Tributos Parcelados Passivo Circulante Curto Prazo

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 306.411,62	R\$ 440.113,80	R\$ 229.845,44
Lei nº 11.941/2009 (a)	R\$ 7.047,14	R\$ 13.182,60	R\$ 6.913,20
Parcelamento Simplificado PIS (b)	R\$ 5.388,24	R\$ 7.684,32	R\$ 4.012,60
Parcelamento Simplificado COFINS (c)	R\$ 25.540,08	R\$ 36.423,36	R\$ 19.019,28
Parcelamento INSS Patronal 2018 (c)	R\$ 268.436,16	R\$ 382.823,52	R\$ 199.900,36

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 8.788,40	R\$ 79.943,59	R\$ 472.799,95
Lei nº 11.941/2009	R\$ 8.788,40	R\$ 8.788,40	R\$ 20.808,00
Parcelamento Simplificado PIS	R\$ -	R\$ 1.280,71	R\$ 8.135,39
Parcelamento Simplificado COFINS	R\$ -	R\$ 6.070,56	R\$ 38.561,32
Parcelamento INSS Patronal 2018	R\$ -	R\$ 63.803,92	R\$ 405.295,24
TOTAL	R\$ 315.200,02	R\$ 520.057,39	R\$ 702.645,39

- a) Parcelamento Lei nº 11.941/2009 em 158 prestações mensais, atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 144 prestações até 30/06/2023.
- b) Parcelamento Simplificado da COFINS e PIS em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 52 prestações até 30/06/2023.
- c) Parcelamento Ordinário da Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento em 60 prestações mensais atualizados a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), quitadas 52 prestações até 30/06/2023.

17. Provisões Trabalhistas

Provisões Trabalhistas - Proveniente de registros das seguintes contingências: Provisão Férias, 1/3 Férias e 13º salário contém os Impostos (INSS e FGTS) no valor de **R\$ 5.562.095,43 (Cinco milhões, quinhentos e sessenta e dois reais, noventa e cinco reais e quarenta e três centavos)** sendo registradas pelo regime de competência as obrigações com férias, sendo baixados no momento do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Provisões Trabalhistas	R\$ 5.562.095,43	R\$ 3.943.731,03	R\$ 4.785.380,23
Provisão de Férias	R\$ 4.278.774,72	R\$ 3.943.731,03	R\$ 3.627.681,63
Provisão de 13º Salário	R\$ 1.283.320,71	R\$ 0,00	R\$ 1.157.698,60

18. Subvenções Econômicas de Investimento a Realizar

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Subvenções de Investimento a Realizar	R\$ 310.103.629,60	R\$ 412.598.750,99	R\$ 137.342.917,85
Restos a Pagar – Fonte Orçamentária Protege	R\$ 310.103.629,60	R\$ 412.598.750,99	R\$ 137.342.917,85

- a) Recurso disponível no dia 30/12/2022 no total de R\$ 412.598.750,99 (Quatrocentos e Doze Milhões, Quinhentos e Noventa e Oito mil, Setecentos e Cinquenta reais e Noventa e Nove Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, deste saldo utilizado até 30/06/2023:

Saldo 31/12/2022	R\$ 412.598.750,99
Construção de UH	R\$ 81.572.548,29
Aluguel Social	R\$ 7.166.164,72
Regularização Fundiária	R\$ 46.063,45
Empenhos Cancelados	R\$ 13.710.344,93
Saldos utilizados 01/01 a 30/06/2023	R\$ 102.495.121,39
Saldos Restos a Pagar em 30/06/2023	R\$ 310.103.629,60

- b) Será reconhecida como RECEITA conforme os pagamentos das medições conforme regime de Competência e cumprindo o **ITEM 12 Do Comitê de Pronunciamento Contábil nº 07** *Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições deste Pronunciamento. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.*

19. Cauções a restituir

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Caução a restituir	R\$ 1.438,69	R\$ 1.394,56	R\$ 1.352,54

- (a) Refere-se aos depósitos cauções conforme cláusulas contratuais.

20. Créditos para Recursos Vinculados

Os Créditos são Recursos Vinculados à Fonte Orçamentária Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais, Equipamentos Comunitários e pagamentos de serviços sociais.

São saldos financeiros vinculados aos Convênios ativos às Contas Correntes, Aplicações Financeiras e Poupança referente aos termos de Cooperação e Parceira CAIXA para construção dos empreendimentos João Paulo II, Água Fria e Damianópolis e Trabalho Social e Gestão Condominial do Nelson Mandela, que serão baixados conforme a utilização dos mesmos.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Créditos para Recursos Vinculados	R\$ 4.543.702,23	R\$ 4.622.446,44	R\$ 3.927.017,07
Programas Construção Unidades Habitacionais	R\$ 4.447.714,57	R\$ 4.228.013,25	R\$ 3.571.936,13
Convênio Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal/FAR	R\$ 95.987,66	R\$ 394.433,19	R\$ 355.080,94

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

21. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Tributos Parcelados Passivo Não-Circulante Longo Prazo

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 306.411,62	R\$ 440.113,80	R\$ 229.845,44
Lei nº 11.941/2009 (a)	R\$ 7.047,14	R\$ 13.182,60	R\$ 6.913,20
Parcelamento Simplificado PIS (b)	R\$ 5.388,24	R\$ 7.684,32	R\$ 4.012,60
Parcelamento Simplificado COFINS (c)	R\$ 25.540,08	R\$ 36.423,36	R\$ 19.019,28
Parcelamento INSS Patronal 2018 (c)	R\$ 268.436,16	R\$ 382.823,52	R\$ 199.900,36

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Tributos Parcelados	R\$ 8.788,40	R\$ 79.943,59	R\$ 472.799,95
Lei nº 11.941/2009	R\$ 8.788,40	R\$ 8.788,40	R\$ 20.808,00
Parcelamento Simplificado PIS	R\$ -	R\$ 1.280,71	R\$ 8.135,39
Parcelamento Simplificado COFINS	R\$ -	R\$ 6.070,56	R\$ 38.561,32
Parcelamento INSS Patronal 2018	R\$ -	R\$ 63.803,92	R\$ 405.295,24
TOTAL	R\$ 315.200,02	R\$ 520.057,39	R\$ 702.645,39

Conforme Nota Explicativa nº16

22 PASSIVOS CONTINGENTES

22.1 PASSIVO PROVÁVEL

A AGEHAB é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pela Assessoria Jurídica, devidamente provisionadas de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil nº 25.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Provisões para Contingências	R\$ 4.352.960,67	R\$ 4.482.993,63	R\$ 1.806.625,19
Provisões para Contingências Processos Cíveis e Fiscais	R\$ 1.710.972,82	R\$ 1.777.000,00	R\$ 717.283,88
Provisões para Contingências Processos Trabalhistas	R\$ 2.641.987,85	R\$ 2.705.993,63	R\$ 1.089.341,31

22.2 PASSIVO POSSÍVEL

A AGEHAB é parte integrante de 72 (Setenta e dois) processos com causas cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como possíveis de perdas pela Assessoria Jurídica, conforme determina o CPC 25, totalizando o valor de R\$ 3.874.681,59 (Três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais cinquenta e nove centavos)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido no valor de **R\$ 224.454.682,54 (Duzentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos)**, está demonstrado com as seguintes contas:

23.1 Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 no valor de **R\$ 187.256.418,03**, sendo ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,952764975% das ações, o valor a integralizar é de R\$ 8.877.149,13, sendo capital subscrito de R\$ 196.133.567,16.

23.2 Constituída Reservas de **LUCROS** classificadas **SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS** no valor de **R\$ 212.320.655,73** referem-se aos valores recebidos da fonte orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programa de governo **PROGRAMA MORADIA COMO BASE DA CIDADANIA** para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social, gerando benefícios sociais a população goiana.

Recursos Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

DESCRIÇÃO	2022	Movimentações	2021
Reservas de Lucros	R\$ 212.320.655,73	R\$ 198.835.230,06	R\$ 13.485.425,67

23.3

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 224.454.682,54	R\$ 130.903.031,30	R\$ 35.473.926,68
Capital Social	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03
Ações	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03
Integralizado	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03	R\$ 187.256.418,03
Capital Subscrito	R\$ 196.133.567,16	R\$ 196.133.567,16	R\$ 196.133.567,16
Capital Subscrito a Integralizar	-R\$ 8.877.149,13	-R\$ 8.877.149,13	-R\$ 8.877.149,13
Reservas	R\$ 212.320.655,73	R\$ 212.320.655,73	R\$ 13.485.425,67

Reservas de Lucros	R\$ 212.320.655,73	R\$ 212.320.655,73	R\$ 13.485.425,67
Subvenção para Investimento	R\$ 212.320.655,73	R\$ 212.320.655,73	R\$ 13.485.425,67
Resultado de Apuração	-R\$ 175.122.391,22	-R\$ 268.674.042,46	-R\$ 165.267.917,02
Prejuízos Acumulados	-R\$ 268.674.042,46	-R\$ 181.200.027,99	-R\$ 181.200.027,99
Resultado do Exercício do Período	R\$ 93.551.651,24	-R\$ 87.474.014,47	R\$ 15.932.110,97

23.4 Apuração Após Resultado Líquido do Exercício Social 30/06/2023

O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa de **R\$ 57.848.701,07 (Cinquenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e oito reais e setecentos e um reais e sete centavos)** reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de **R\$ 96.996.724,45** apura-se um Prejuízo Fiscal de **R\$ 39.148.023,38**.

DESCRIÇÃO	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	R\$ 57.848.701,07	R\$ 111.361.215,59	R\$ 18.514.936,13
Subvenção para Investimento	R\$ 96.996.724,45	R\$ 198.835.230,06	R\$ 30.713.638,36
(=) RESULTADO CONTÁBIL FISCAL	-R\$ 39.148.023,38	-R\$ 87.474.014,47	-R\$ 12.198.702,23

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	112.196.264,69	-131%	258.776.678,41	59%	45.999.558,55
Receitas Bruta de Serviço	1.178.916,16	-209%	3.637.993,37	23%	909.635,38
Receita Ordinária Orçamentária	14.020.624,08	-302%	56.303.454,98	-3%	14.376.284,81
Receitas Subvenção Econômica Investimentos	96.996.724,45	-105%	198.835.230,06	68%	30.713.638,36
(-) Impostos Incidentes e Devoluções	(167.995,55)	-209%	(518.413,96)	23%	(129.623,01)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	112.028.269,14	-131%	258.258.264,45	59%	45.869.935,54
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(50.163.486,47)	-172%	(136.634.333,85)	49%	(25.612.168,95)
Mão de Obra	(9.848.408,70)	-226%	(32.143.004,94)	17%	(8.141.940,88)
Serviços de Terceiros	(1.056.587,40)	-289%	(4.108.142,16)	-84%	(1.940.164,13)
Outros Custos Operacionais	(81.595,15)	-541%	(523.407,30)	-110%	(171.584,84)
Custo com Obras	-	100%	(3.122.886,38)	100%	-
Serviço Aplicado	(39.176.895,22)	-147%	(96.736.893,07)	61%	(15.358.479,10)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	61.864.782,67	-97%	121.623.930,60	67%	20.257.766,59
DESPESAS OPERACIONAIS	(4.238.773,05)	-269%	(15.652.309,42)	53%	(1.973.133,97)
Despesas com Pessoal	(2.130.227,52)	-299%	(8.492.084,15)	1%	(2.104.372,70)
Serviço de Terceiros	(545.166,02)	-68%	(916.834,67)	69%	(171.573,49)
Despesas Gerais Administrativas	(235.373,17)	-88%	(441.837,72)	54%	(108.513,20)
Despesas Tributárias	(114.408,53)	-194%	(336.913,42)	83%	(19.524,01)
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais	(1.213.597,81)	-350%	(5.464.639,46)	136%	430.849,43
(=) RESULTADO OPERACIONAL	57.626.009,62	-84%	105.971.621,18	68%	18.284.632,62
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	220.462,41	-2231%	5.137.962,86	-4%	230.303,51
Receitas Financeiras	236.284,69	-2136%	5.283.490,11	-13%	266.173,35
Despesas Financeiras	(15.822,28)	-820%	(145.527,25)	-127%	(35.869,84)
(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	57.846.472,03	-92%	111.109.584,04	68%	18.514.936,13
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2.229,04	-11189%	251.631,55	100%	-
Receitas Não Operacionais	2.229,04	-11189%	251.631,55	100%	-
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	57.848.701,07	-93%	111.361.215,59	68%	18.514.936,13

24.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA E LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	Nota	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.1	112.196.264,69	-131%	258.776.678,41	59%	45.999.558,55
Receitas Bruta de Serviço		1.178.916,16	-209%	3.637.993,37	23%	909.635,38
Receita Ordinária Orçamentária		14.020.624,08	-302%	56.303.454,98	-3%	14.376.284,81
Receitas Subvenção Econômica Investimentos		96.996.724,45	-105%	198.835.230,06	68%	30.713.638,36
(-) Impostos Incidentes e Devoluções	24.1	(167.995,55)	-209%	(518.413,96)	23%	(129.623,01)
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	112.028.269,14	-131%	258.258.264,45	59%	45.869.935,54

- a) Receita Arrecadada refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás e prestação de serviço registros documentais.
- b) Receita Ordinária oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar as despesas com CUSTEIO e INVESTIMENTO da AGEHAB.
- c) Receita de Subvenção de Investimento oriundo do Tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social e da União através de Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitário.
- d) Os impostos Incidentes sobre a Receita são ISS – Imposto sobre serviço, PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Fins da Seguridade Social, apurados sobre a Receita Bruta de Serviços.

24.2 Custos e Despesa Operacionais

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24.2	(50.163.486,47)	-172%	(136.634.333,85)	49%	(25.612.168,95)
Mão de Obra		(9.848.408,70)	-226%	(32.143.004,94)	17%	(8.141.940,88)
Serviços de Terceiros		(1.056.587,40)	-289%	(4.108.142,16)	-84%	(1.940.164,13)
Outros Custos Operacionais		(81.595,15)	-541%	(523.407,30)	-110%	(171.584,84)
Custo com Obras		-	100%	(3.122.886,38)	100%	-
Serviço Aplicado		(39.176.895,22)	-147%	(96.736.893,07)	61%	(15.358.479,10)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		61.864.782,67	-97%	121.623.930,60	67%	20.257.766,59
DESPESAS OPERACIONAIS	24.2	(4.238.773,05)	-269%	(15.652.309,42)	53%	(1.973.133,97)
Despesas com Pessoal		(2.130.227,52)	-299%	(8.492.084,15)	1%	(2.104.372,70)
Serviço de Terceiros		(545.166,02)	-68%	(916.834,67)	69%	(171.573,49)
Despesas Gerais Administrativas		(235.373,17)	-88%	(441.837,72)	54%	(108.513,20)
Despesas Tributárias		(114.408,53)	-194%	(336.913,42)	83%	(19.524,01)
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais		(1.213.597,81)	-350%	(5.464.639,46)	136%	430.849,43
(=) RESULTADO OPERACIONAL		57.626.009,62	-84%	105.971.621,18	68%	18.284.632,62

a) Gastos com Pessoal refere-se ao custo com os Servidores Efetivos, Comissionados, Diretoria Executiva, conselheiros, incluídos as verbas salariais, encargos sociais e provisões conforme determina as legislações, subsidiado pelo Governo do Estado de Goiás através da RECEITA ORDINÁRIA, apropriados conforme regime de competência segregados por Custos e Despesas.

Descrição	Realizado		Realizado		Realizado		Realizado	
	30/06/2023	%	31/03/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022	
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 11.978.636,22		R\$ 10.714.544,42		R\$ 40.635.089,09		R\$ 10.246.313,58	
TOTAL	R\$ 11.978.636,22	12%	R\$ 10.714.544,42	-71%	R\$ 40.635.089,09	17%	R\$ 10.246.313,58	

1. Aplicação do índice de Convenção Coletiva Sintracom 2022/2023 em 12% no exercício de 2023
2. Aplicação do índice de Convenção Coletiva Sintracom 2023/2024 em 5% a partir de Maio/2023

3. Estruturação administrativa com as criações 12 Gerências, 31 Coordenações, 03 Cargos de Assessor V, 19 Funções Comissionadas, além da criação do Comitê de Auditoria Estatutário, com 05 cadeiras, e aumento de 03 vagas no Conselho de Administração e 02 vagas no Conselho Fiscal, totalizando 07 vagas para o Conselho de Administração e 05 para o Conselho Fiscal.
- b) Serviços de Terceiros segregados de Custo e Despesa refere-se aos serviços prestados por pessoa jurídica, manutenção de software, locações de veículos, locações de bens para eventos, serviços de limpeza e conservação, serviços de portaria e vigilância, locação de bens imóveis, o aumento significativo neste grupo referem-se:
- c) Outros Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas referem-se a despesas de custeio subsidiadas pelo Governo do Estado de Goiás através da RECEITA ORDINÁRIA, como diárias, materiais em gerais, energia, água e esgoto, telefonia.
- d) Os Custos de Programas Habitacionais referem-se aos pagamentos de regularização fundiária, aluguel social, serviço técnico social subsidiados com recurso do tesouro estadual e Convênio Federal/CAIXA, classificadas como SUBVENÇÃO DE INVESTIMENTO.

Serviço Aplicado	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
Serviços Social Reforma de Unidades Habitacionais	R\$ 310.097,51	495%	R\$ 52.094,95	100%	R\$ -
Regularização Fundiária	R\$ 56.017,23	-92%	R\$ 729.078,27	-55%	R\$ 125.803,65
Aluguel Social	R\$ 38.810.780,48	-59%	R\$95.333.835,28	164%	R\$14.692.823,52
TOTAL	R\$ 39.176.895,22	-60%	R\$96.736.893,07	155%	R\$15.358.479,10

e) Tributárias referem-se ao pagamento IOF, PIS, COFINS e outras taxas estaduais e municipais.

Houve alteração do vencimento do Imposto Territorial Urbano e Imposto Predial e Territorial Urbano com isso a referida despesa foi contabilizada na competência Abril de 2023.

f) Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Refere-se a Reversão de Saldo Financeiro da Fonte Orçamentária Recurso Ordinário (Fonte 100) oriundo de cancelamento de empenhos de exercícios anteriores como justificativa em virtude da expiração da vigência do contrato.

24.3 Receitas e Despesas Financeiras

Refere-se as despesas com tarifas bancárias, atualizações monetárias, juros e multas, encargos dos parcelamentos em contrapartida às receitas financeiras que são os rendimentos das aplicações financeiras, atualizações de contratos e taxas de juros aplicadas.

O valor correspondente às Receitas Financeiras em 31/03/2022 refere-se ao repasse financeiro aplicado da fonte orçamentária protege, após este período os rendimentos do Fundo Protege são mensalmente devolvidos ao próprio Fundo.

DESCRIÇÃO	Nota	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO	24.3	220.462,41	-2231%	5.137.962,86	-4%	230.303,51
Receitas Financeiras		236.284,69	-2136%	5.283.490,11	-13%	266.173,35
Despesas Financeiras		(15.822,28)	-820%	(145.527,25)	-127%	(35.869,84)

24.4 Receitas Não Operacionais

DESCRIÇÃO	Nota	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	24.4	2.229,04	-11189%	251.631,55	100%	-
Receitas Não Operacionais		2.229,04	-11189%	251.631,55	100%	-

Refere-se a recuperação judicial oriundo de processo tramitado em julgado a favor da Agência Goiana de Habitação S/A.

24.5 Resultado Líquido do Exercício Social 30/06/2023

O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa de **R\$ 57.848.701,07** (Cinquenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e oito reais e setecentos e um reais e sete centavos)

DESCRIÇÃO	Nota	30/06/2023	%	31/12/2022	%	30/06/2022
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	24.5	57.848.701,07	-93%	111.361.215,59	68%	18.514.936,13

25. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

A Demonstração de FLUXO DE CAIXA – DFC é obrigatória conforme determina a Lei Federal n. 11.638.2007 e o item 3.17 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixa do Exercício Social de 2022 classificados por **Atividades Operacionais**, de **Investimento** e de **Financiamento**.

Atividades Operacionais

A geração do Fluxo de Caixa na Atividade Operacional refere-se aos recursos transferidos no dia **30/12/2022** para as contas correntes vinculadas oriundo da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS da ação governamental **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL** e **GOIÁS ESCRITURAS** referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Atividades de Investimento

A geração na Caixa da Atividade de Investimento refere-se aos valores contabilizados em Obras e Instalações em Andamento refere-se aos pagamentos de mão-de-obra e materiais utilizados nas construções que estão em fase de elaboração classificadas no GRUPO 04 – Investimento, cujo custos serão apropriados no Resultado no término das obras e entregas das Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários aos beneficiários.

Atividades de Financiamento

A geração na Caixa da Atividade de Financiamento refere-se aos valores provisionados das Contingências judiciais, utilização do recurso oriundo da União de convênios e termos de parcerias.

(=) (Redução)/Aumento Líquido nas Disponibilidades	(101.436.764,45)	(11.824.715,23)
Saldo de Caixa Início do Exercício	430.008.483,87	161.600.453,55
Saldo de Caixa Final do Exercício	328.571.719,42	149.775.738,32
(=) Saldo de Caixa Final - Equivalente Caixa Inicial	(101.436.764,45)	(11.824.715,23)

26. Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado Abrangente

26.1 Demonstração do Valor Adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela AGEHAB e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às informações contábeis intermediárias para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da receita bruta das vendas (incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, como também os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	70.109.741,37	46.578.860,28	152.851.632,06
(+) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	70.109.741,37	46.578.860,28	152.851.632,06
Pessoal e Encargos	11.978.636,22	10.714.544,42	40.635.089,09
Impostos, Taxas e Contribuições	282.404,08	161.365,69	855.327,38
Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício	57.848.701,07	35.702.950,17	111.361.215,59

26.2 Demonstração do Resultado Abrangente não é obrigatória para Sociedade Anônima de Capital Fechado, mais por exigência do Tribunal de Contas do Estado de Goiás é elaborada e considerando os particulares das movimentações da AGEHAB não houve valores quanto aos itens que compõem a DRA que são:

[Resultados líquidos do Exercício Social de 2022](#)

Especificação de cada um dos itens dos resultados abrangentes, de acordo com a sua natureza;

Equivalência patrimonial de outros resultados abrangentes; e

Resultado abrangente total.

O **Resultado Abrangente total** inclui:

Ajuste de avaliação patrimonial;

Variações da reserva de reavaliação;

Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão; e

Ganhos e perdas derivados da conversão de demonstrações de operações no exterior.

Goiânia/GO, 30 de Junho de 2023

KAMILLA GUIMARÃES RODRIGUES

Assessora de Contabilidade

Contadora CRC 017564/O